



153

GUARDA MUNICIPAL
DE TRAMANDAÍ

LGPD
Lei Geral de Proteção
de Dados Pessoais



SIGA-NOS:



QUEM CONHECE AMA

LIPIAQUELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 182/2025.



153

GUARDA MUNICIPAL
DE TRAMANDAÍ

LGPD
Lei Geral de Proteção
de Dados Pessoais



SIGA-NOS:



QUEM CONHECE AMA

DATA PUBLICAÇÃO: 09/09/2025

Data Publicação: 19/09/2025

Objeto:

Aquisição de diversos materiais, destinados ao CREAS, Casa de Acolhimento da Criança e do Adolescente e para as pessoas atendidas no albergue de inverno.

Documentos Anexados:

Data da Publicação	Tipo de Documento	Download
19/09/2025	Edital	
19/09/2025	ETP	
19/09/2025	TR	

ELETRÔNICO RP Nº 182/2025.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 181/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2025

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 180/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2025

AVISO DE EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº
051/2025.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 051/2025.

COMUNICADO – EDITAL DE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº
144/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083/2025

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 178/2025.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 177/2025

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 176/2025.

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 175/2025

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA
PÚBLICA Nº 174/2025

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO RP Nº 173/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 182/2025.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 182/2025.

JUAREZ MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Tramandaí, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de Pregão Eletrônico RP nº 182/2025, que tem por objeto a **aquisição de diversos materiais, destinados ao CREAS, Casa de Acolhimento da Criança e do Adolescente e para as pessoas atendidas no albergue de inverno.** Toda documentação deverá ser incluída junto ao sistema até as 13h do dia 03/10/2025 (para verificação de conformidade com o Edital). O edital encontra-se disponível nos sites: www.banrisul.com.br, ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul. Maiores informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Avenida da Igreja, 346, 3º andar, Centro, Tramandaí/RS e cópia do Edital em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.tramandai.rs.gov.br, opção licitações, Edital de Pregão Eletrônico RP nº 182/2025.

Publicado por:
Luis Antonio Consul Machado
Código Identificador: 1E33302D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 19/09/2025. Edição 4166
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>

Anistia geral e irrestrita é impossível, diz relator na Câmara

Paulinho da Força vai procurar diálogo e pretende apresentar o texto do projeto com agilidade

Brasília - O relator do projeto de lei da anistia, o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP), informou nesta quinta-feira (18) que o texto que irá apresentar não vai ser uma anistia total, como quer o Partido Liberal (PL), do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"[Anistia] ampla, geral e irrestrita é impossível, né? Essa discussão eu acho que já foi superada ontem (quarta-feira), quando o Hugo [Motta, presidente da Câmara] teve uma reunião de mais de 3 horas com o pessoal do PL. Acho que nós vamos ter que fazer uma coisa pelo meio. Isso aqui talvez não agrade nem extrema direita, nem extrema esquerda, mas agrade a maioria da Câmara", comentou.

Questionado por jornalistas se a matéria seria apenas de redução de pena, e não de anistia, o relator disse "nós não estamos mais falando de anistia".

Votação em breve

Paulinho da Força disse

Urgência é aprovada

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (17), a urgência (aceleração da tramitação) da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro. Trata-se de um gesto do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), aos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O resultado foi de 311 votos favoráveis e 163 contrários.

A sessão foi tumultuada, com cânticos de governistas e oposicionistas sobre a anistia.

Ainda não há consenso sobre qual texto será analisado e qual a previsão de data para uma nova votação do mérito da proposta. (AE)

que tem relação "com esquerda" e "com direita", que vai procurar governadores para influenciar as bancadas estaduais e que espera colocar o texto em votação já na próxima semana.

"Cabe a mim tentar fazer esse meio de campo aí. É o que eu vou fazer. Conversar com todo mundo para que no final a gente possa ter um texto que agrade a todos", disse Paulinho.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi quem anunciou, nesta quinta-feira, Paulinho da Força como relator.

"Tenho certeza que ele conduzirá as discussões do tema com o equilíbrio necessário", disse o presidente da Casa no X (antigo Twitter). A publicação de Motta ocorreu minutos depois do presidente do Solidariedade chegar à residência oficial da Câmara, em Brasília.

O nome dele já era dado como certo para assumir a relatoria da anistia. Ao la-

do de Motta, Paulinho da Força tem sido um dos interlocutores de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Supremo avisa

Magistrados da Corte já avisaram que não aceitarão a anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e 3 meses de prisão, nem aos demais envolvidos na trama que atentou contra a democracia. Se o Congresso der sinal verde para uma proposta de perdão nesses termos, o STF barrará o seu avanço, sob o argumento de que é inconstitucional.

Agora, a ideia em discussão por Motta é substituir o projeto que prevê anistia ampla por um texto que reduza as penas dos condenados no 8 de Janeiro, uma proposta considerada mais palatável por ministros da Corte. A dúvida é se esse novo projeto beneficiaria Bolsonaro, como quer o PL. (ABR e AEF)



Como deputados do RS votaram pedido de urgência

Votaram sim:

- Afonso Hamm (PP)
- Alceu Moreira (MDB)
- Any Ortiz (Cidadania)
- Bibi Nunes (PL)
- Covatti Filho (PP)
- Daniel Trzeciak (PSDB)
- Danlei (PSD)
- Franciane Bayer (Republicanos)
- Giovani Cherini (PL)
- Lucas Redecker (PSDB)
- Luiz Carlos Busato (União)
- Marcel van Hattem (Novo)
- Marcelo Moraes (PL)
- Márcio Biolchi (MDB)
- Marcon (Podemos)
- Osmar Terra (PL)
- Pedro Westphalen (PP)

- Ronaldo Nogueira (Republicanos)
- Sanderson (PL)
- Zucco (PL)

Votaram não:

- Afonso Motta (PDT)
- Bohn Gass (PT)
- Daiana Santos (PCdoB)
- Denise Pessoa (PT)
- Fernanda Melchionna (PSol)
- Heitor Schuch (PSB)
- Lindenmeyer (PT)
- Marcon (PT)
- Maria do Rosário (PT)
- Paulo Pimenta (PT)
- Pompeo de Mattos (PDT)

(*) Com informações da Agência Brasil e da Câmara dos Deputados

Descontos no INSS não voltarão, diz ministro

Brasília - O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, declarou que os descontos de mensalidades associativas em aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não voltarão a ser autorizados. "Esta é uma modalidade [de desconto] que não voltará a existir", afirmou Queiroz, no programa Bom Dia, Ministro.

Queiroz manifestou apoio à aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei 1.546/24, que proíbe os descontos de mensalidades cobradas por associações, sindicatos, entidades de classe e organizações de aposentados e pensionistas, mesmo que estes, por comodidade, sejam favoráveis à dedução dos valores diretamente em folha.

Os descontos das mensalidades associativas estão suspensos desde 23 abril deste ano, quando a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram a chamada Operação Sem Desconto, tornando público a existência de um "esquema nacional" que lesou milhões de aposentados e pensionistas. (ABR)

CNU: interesse na lista de espera

Brasília - O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou até as 23h59 (horário de Brasília) da próxima terça-feira (23) o prazo para que os aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU I) manifestem interesse em permanecer na lista de espera dos cargos. O prazo terminaria nesta quinta-feira (18). A etapa deve ser feita pelos candidatos pelo aplicativo gov.br ou no site SouGov.Br. (ABR)

Líderes da base do governo na Câmara vão ao STF contra PEC da Blindagem

Brasília - Os líderes do PT, PSB e Psol entraram nesta quinta-feira (18) no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para suspender a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restringe a abertura de investigações contra deputados e senadores.

No mandado de segurança enviado ao Supremo, os parlamentares alegam que chamada PEC da Blindagem ou PEC das Prerrogativas, aprovada na terça-feira (16), não seguiu o rito adequado e afronta o regimento interno da Casa e a Constituição.

Os partidos questionam a falta de apresentação de emendas dentro do prazo regimental e de publicida-

de prévia do parecer do relator, além da convocação das sessões de deliberação sem antecedência mínima para votação da proposta.

No entendimento dos partidos, as irregularidades na tramitação da PEC devem ser sanadas pela Corte.

"A continuidade da tramitação da PEC 3/2021 pode consolidar vício insanável, tornando irreversível a lesão ao devido processo legislativo. Se o processo alcançar aprovação em dois turnos, o texto aprovado será enviado à apreciação do Senado, e a emenda poderá passar a integrar o texto constitucional, dificultando ou até inviabilizando a reversão de seus efeitos", argumentam os partidos. (ABR)

Não interfere em processos já em curso, avalia Gilmar Mendes

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes afirmou nesta quinta-feira que a aprovação da PEC da Blindagem não afetará os processos que já estão em tramitação no Supremo. A declaração foi feita durante um evento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Os processos que já estão em curso seguirão o seu rumo, denúncia já recebida. A lógica que houve no passado, inicialmente, era de uma proteção bastante grande aos parlamentares.

Se não houvesse licença, não havia processo", disse o ministro.

Mendes comentou sobre a possibilidade de alguma ação no Supremo. "Certamente esse tema virá ao Supremo Tribunal Federal. Também vamos aguardar. Eu ouço manifestações de alguns senadores dizendo que isso sequer será votado no Senado Federal, de modo que a gente pode estar fazendo aqui uma especulação pouco útil", declarou. (AE)

Enviada para o Senado

Após a aprovação da PEC, a matéria foi enviada ao Senado. Em caso de aprovação, a proposta será promulgada pelo Congresso e entrará em vigor.

A PEC determina que qualquer abertura de ação

penal contra parlamentar depende de autorização prévia, em votação secreta, da maioria absoluta do Senado ou da Câmara. Além disso, a proposta concede foro no Supremo para presidentes de partidos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP nº 182/2025.
JUAZÉ MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Tramandaí, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de Pregão Eletrônico RP nº 182/2025, que tem por objeto a aquisição de diversos materiais, destinados ao CREAS, Casa de Acolhimento da Criança e do Adolescente e para as pessoas atendidas no albergue de inverno. Toda documentação deverá ser incluída junto ao sistema até as 13h do dia 03/10/2025 (para verificação de conformidade com o Edital). O edital encontra-se disponível nos sites: www.banrisul.com.br, ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul. Maiores informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Avenida da Igreja, 346, 3º andar, Centro, Tramandaí/RS e cópia do Edital em nossa página na Internet, no endereço eletrônico www.tramandai.rs.gov.br, opção licitações, Edital de Pregão Eletrônico RP nº 182/2025.